

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS ANÁLISES A PARTIR DE UM NOVO MAPEAMENTO NACIONAL

1 INTRODUÇÃO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm se destacado como instrumento na promoção do desenvolvimento econômico e social em comunidades de baixa renda. São consideradas práticas de microfinanças e os estudos mostram que as microfinanças têm sido vistas como uma das ferramentas mais importantes para a diminuição da pobreza, especialmente em países em desenvolvimento. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2009) o objetivo do Banco Comunitário é promover o desenvolvimento dos territórios de baixa renda por meio da criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas da economia solidária.

No Brasil, o uso de moedas sociais associado às experiências dos BCDs tem ganhado notoriedade devido à sua importância nos territórios e às mudanças que promovem e que vêm sofrendo ao longo da última década. Conforme Brito e Oliveira (2019), desde a criação do Banco Palmas, que foi o pioneiro no Brasil e que desde então busca cumprir sua função de estimular a economia local através da concessão de crédito aos moradores que não conseguiriam pelos bancos tradicionais.

Nesse cenário, essa investigação propõe aprofundar a compreensão sobre os BCDs e o potencial destes enquanto instrumento de políticas públicas. Assim, o questionamento que norteia esta pesquisa é: **como as práticas dos BCDs se configuram como instrumentos de promoção de desenvolvimento em seus territórios?** Para responder a esse questionamento, o trabalho realizou em 2023 o mapeamento e a análise dos Bancos Comunitários em territórios brasileiros, buscando a compreensão destes na promoção de desenvolvimento.

Esta pesquisa justifica-se em torno de dois argumentos principais. Primeiro, pela ausência de informações precisas sobre as experiências dos BCDs no Brasil e, segundo, pela importância que os BCDs apresentam enquanto mecanismos de desenvolvimento local e, portanto, potenciais instrumentos de política pública. Rigo (2014) fez um levantamento que apresenta dados de 2012/2013 mas o cenário mudou desde então, tanto no contexto nacional quanto na própria Rede-BCDs. Os resultados podem orientar não apenas as práticas dos BCDs nos territórios, mas também prover informações às entidades de apoio e aos poderes públicos, sobre a importância desses bancos como instrumentos de desenvolvimento.

2 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: FUNCIONAMENTO E ALCANCE

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são instituições financeiras geridas pela comunidade com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social nas comunidades que estão inseridas. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2009) esses bancos são criados por decisão da comunidade com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento das regiões de vulnerabilidade social. Monteiro, Silva e Luna (2018) afirmam que são instituições coletivas de natureza associativa que prestam serviços financeiros solidários direcionados para gerar trabalho e renda para comunidade que estão inseridos, fomentando redes de produção e consumo local. Eles adotam práticas financeiras solidárias, de inclusão financeira e acesso ao crédito para pessoas de baixa renda, que vivem em situação de risco social e que são marginalizadas pela sociedade (Melquiades; Vieira, 2023)

Um dos principais produtos dos BCDs são as moedas sociais. Segundo Resgala (2017), essas moedas se configuram como um acordo feito entre as pessoas da comunidade como um meio de pagamento restrito ao espaço onde vivem, servindo como um incentivo à circulação

da “riqueza” da comunidade para consumo local. Monteiro, Silva e Luna (2018) afirmam como uma moeda privada instituída, produzida e administrada por seus usuários. Os BCDs e suas moedas não têm apenas a finalidade de atender a demanda financeira. Seus objetivos são também valorizar o ser humano com a cooperação, participação e interação dos moradores das comunidades (Eça, 2021).

Um exemplo desse tipo de banco é o Banco Solidário Quilombola do Iguape, que tem como objetivo principal a sustentabilidade local da sua comunidade. De acordo com Eça (2021), foi observado que essa comunidade mantém suas tradições intactas, além de ter tido melhorias na comercialização e no empoderamento local. Consequentemente, afirma, houve um aumento da renda local com a nova moeda, tornando-se uma comunidade mais forte economicamente. Ela destaca que a participação da comunidade no desenvolvimento econômico e nos projetos do BCD é crucial para alcançar esses resultados (Eça, 2021).

O alcance dos BCDs pode ser identificado através da redução das desigualdades econômicas, na melhoria de vida do coletivo de um território, entre outras ações e atividades que produzem benefícios sociais, não se definindo apenas como um êxito na área econômica e financeira, mas também envolvendo dimensões sociais, contribuindo para o bem-estar com a criação de valor social através das iniciativas que melhoram a qualidade de vida das comunidades (Silva Junior; Rigo; Passos, 2015). Esses bancos são importantes inclusive em contextos de crise geral, como foi o caso da pandemia do COVID (Silva; Simões, 2023).

Para Melquiades e Vieira (2023), os financiamentos solidários fornecidos pelos BCDs são financiamentos atrelados a políticas públicas sociais, que servem como instrumentos para a democratização econômica. Eles também acrescentam que a criação das moedas sociais foi uma ótima estratégia para promover a recuperação da capacidade dos indivíduos de contribuir com a produção de riquezas e produção local (Melquiades; Vieira, 2023). A integração dos serviços dos BCDs com as políticas públicas é essencial para promover o progresso socioeconômico. Neste contexto, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento funcionam como instrumentos estratégicos de finanças solidárias, promovendo o desenvolvimento local e reduzindo as desigualdades econômicas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza descrita, trazendo aspectos dos Bancos Comunitários identificados por meio de um levantamento nacional, realizado em 2023. Este levantamento foi iniciado por meio de listagens com informações de BCDS disponibilizadas pelo Instituto Palmas e pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (RBBC), por meio das quais se identificou um total de 167 experiências no Brasil, sendo a população alvo desta pesquisa.

Neste levantamento, foi utilizado um instrumento de coleta de dados desenvolvido por um grupo de pesquisadoras/es de um projeto de pesquisa maior, financiado pelo CNPQ, que as pessoas autoras deste trabalho fazem parte. Este questionário foi aplicado por meio de videoconferência e depois lançando os resultados das respostas no Google Forms, abrangendo a totalidade das respostas coletadas. Foram investigadas variáveis diversas, tais como as relativas ao modo de funcionamento do BCD, a gestão da moeda social e do território de atuação. Parte destas variáveis, alinhadas com este trabalho, são aqui analisadas.

Os dados foram tabulados em planilha eletrônica do Excel® Estas análises descritivas buscam a compreensão da atuação dos BCDS e do uso da moeda social nos territórios. A partir das respostas e das análises resultantes, foi possível compreender melhor suas semelhanças e diferenças do conjunto de BCDs. Essa caracterização é importante tendo em vista que, apesar de possuírem as mesmas diretrizes metodológicas, cada experiência cria, redesenha e inova sua atuação no território conforme as demandas e características locais.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Dos aspectos territoriais

Tivemos contato por meio das videoconferências com 79 bancos, do total de 167 experiências mapeadas através das listagens recebidas. Dentre os 79, percebe-se que nem todas as unidades da federação possuem bancos que conseguimos contato, a saber: Roraima, Tocantins, Maranhão, Pernambuco, Goiás e Paraná. Os estados com mais BCDs são Minas Gerais e Espírito Santo, ambos com nove bancos, além de Bahia e Ceará com sete, cada.

Dos Bancos acessados, 23 declararam-se como inativos, 55 ativos, mas um deles foi classificado em caso singular, já que foi constituído, mas não iniciou em nenhum momento as atividades. Dos que afirmam estar ativos, 23 estão em funcionamento, mas operando com dificuldades, 21 estão operando normalmente, 6 ainda estão em implementação e 5 em reestruturação.

Desses, 47% têm sede em espaço próprio (ou da entidade gestora), 18% deles operam em espaço alugado, e também há casos em que a sede foi cedida sem cobrança de aluguel por particulares (17%), por órgãos públicos (7%) e pela por uma associação específica não vinculada ao banco (2%). Ainda houve o caso de um banco que não tem sede e funciona na casa de uma das pessoas da organização.

Ainda sobre esses bancos ativos, 38% dos BCDs ativos tiveram sua origem em organizações não governamentais (ONGs) que atuam em contextos mais amplos, 22% tiveram sua origem por meio de associações do próprio bairro, 13% foram iniciados a partir de incubadoras universitárias. Além disso, outros 7% foram originados de outros bancos comunitários e 5% foram criados pelo Instituto Banco Palmas. Também houve casos de bancos que a comunidade se organizou sozinha, que foram criados por cooperativas e outros bancos que foram criados por empresa privada, Governo do Estado, Fundação Privada e Fórum Nacional. Esses dados mostram que os bancos nascem sobretudo a partir das necessidades das comunidades onde estão inseridos, refletindo também uma diversidade de origens e as diferentes formas de organização na maneira que são criados.

A maioria desses bancos se organizam juridicamente por meio das associações comunitárias locais, o que reforça que essas iniciativas surgem no contexto de outras causas já existentes nos territórios, causas essas conduzidas por associações locais e outros movimentos já existentes. Nesse contexto, é comum que os bancos sejam constituídos entre os demais projetos dessas organizações locais, que terminam não constituindo outra organização para atender exclusivamente ao banco.

Grande parte dos BCDs (27%) ativos é encontrada em bairros populares de grandes cidades. Um número considerável de BCDs (22%) está localizado em pequenos municípios, em comunidades/favelas (20%) e 11% estão localizados em comunidades tradicionais. Esta presença em áreas como estas destaca a importância dos BCDs em fornecer apoio ao desenvolvimento em comunidades por vezes marginalizadas.

Os dados levantados mostram que 35% dos bancos ativos atuam apenas no território onde estão localizados. Ademais, verificamos que a maioria dos BCDs (56%) concentra sua atuação na área onde o banco está localizado, mas também no seu entorno imediato. Tais comportamentos são realmente os mais esperados para os bancos comunitários, considerando a sua metodologia de atuação, que prioriza a proximidade e o desenvolvimento local. Conforme Silva Júnior, Rigo, Passos (2015), é possível ver a utilidade social em um empreendimento da economia solidária identificando se sua prática está enraizada nos princípios de redução das desigualdades econômicas, no fortalecimento dos laços sociais, de

solidariedade e de sociabilidade; e na melhoria das condições de vida coletivo de um território ou comunidade para o seu desenvolvimento sustentável.

Da ampliação do acesso a serviços

Verificamos também quais outros prestadores de serviços bancários existem nas respectivas áreas de atuação. Em grande parte dos BCDs ativos que responderam à pesquisa, existe a presença de alguma outra instituição. Segundo as pessoas respondentes, apenas 29% dos BCDs não possuem nenhuma outra instituição bancária na sua área de atuação. A maioria (22%) possui outras 3 instituições, 18% possuem 4 instituições, 16% possuem 2 outras e 11% dos BCDs possuem uma outra instituição em sua área de atuação.

Esses dados demonstram que a grande parte dos bancos atua em um contexto em que existe oferta de serviços bancários por meio de outras instituições. Contudo, isso não significa, necessariamente, que as pessoas têm acesso a todos os serviços bancários ofertados, considerando que instituições tradicionais, por vezes, estabelecem critérios de seleção que impedem alguns públicos de acessá-los, conforme evidenciado também por Silva Júnior, Rigo, Passos (2015). Isso evidencia como os BCDs contribuem para a superação da 'desbancarização' dos membros de suas respectivas comunidades.

A maioria das pessoas que usam os serviços dos BCDs é formada por mulheres, representando 65% do total. Este dado sugere um predomínio deste público nas transações e atividades relacionadas aos BCDs, o que contribui para a compreensão de que, em geral, este público é mais carente desse tipo de serviço. Isso pode ser consequência das desigualdades às quais as mulheres estão submetidas. Estudos de Pereira e Barboza (2023) demonstram que, apesar das constantes transformações na sociedade, as mulheres ainda enfrentam um caminho repleto de desafios como, discriminação de gênero e desvalorização do seu papel, além da desigualdade salarial no ambiente de trabalho. Essas barreiras estruturais evidenciam a necessidade de serviços financeiros inclusivos oferecidos pelos BCDs.

Os bancos comunitários também buscam apoiar as comunidades em outros aspectos para além do financeiro. Nesse sentido, analisamos a seguir as atividades de formação que foram realizadas pelos BCDs. Essas atividades desempenham um papel no fortalecimento das habilidades e capacidades das comunidades locais, contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconômico. Verificamos que 58% dos BCDs ativos indicaram ter realizado ou articulado alguma atividade de formação junto aos moradores, sugerindo que a maioria deles está ativamente comprometida com o desenvolvimento das comunidades. Essas atividades visam capacitar os moradores e fortalecer o capital humano local. Neste mesmo sentido, Leal e Silva Junior (2023) destacam como a gestão do Banco dos Cocais estava buscando promover o bem-estar e a sustentabilidade em São João do Arraial por meio de ações para ampliar o empoderamento humano e comunitário e valorizar o desenvolvimento humano.

Analisamos também os diferentes cargos nos BCDs e suas respectivas faixas de remuneração, incluindo aqueles que são pagos em Moeda Social. No geral, percebe-se uma ausência, por parte da própria gestão dos BCDs, de política de incentivo à circulação das moedas sociais no território, considerando que a maioria dos cargos são pouco remunerados em termos de moedas sociais. A maior parte recebe remuneração exclusivamente em reais. Com exceção dos cargos de Manutenção/Serviços gerais e de Assessoria, em todos os demais é pouco expressiva a ocorrência de pagamento de parte de remuneração em moeda social.

Em resumo, dos bancos que pagam algum tipo de remuneração, apenas em 25% deles este pagamento é feito em moeda social. Nota-se, que a remuneração em moeda social em alguns cargos demonstra o compromisso dos BCDs com a promoção da economia local e o fortalecimento das comunidades por meio de práticas financeiras inovadoras e inclusivas.

Contudo, a maior utilização de remuneração por meio de moeda social pode contribuir para aumentar a utilização das moedas sociais, contribuindo para a ampliação dos impactos destas.

Da gestão social e ampliação dos espaços democráticos

Com base nas respostas obtidas, é notável a frequência de citações relacionadas aos Comitês de Análise de Crédito (CAC), Agentes de crédito/coordenadores, Entidade Gestora, Conselho Gestor e Equipe de coordenação do BCD. Esses atores emergem como os principais protagonistas nos processos de deliberação e governança dentro do BCD, evidenciando sua importância na definição de políticas, estratégias e na avaliação de propostas de crédito. Além disso, é notável a relevância de espaços como os Fóruns locais, Assembleias da entidade gestora, Reuniões abertas à comunidade e Incubadoras, os quais evidenciam um compromisso efetivo com a participação e o envolvimento dos membros locais nas tomadas de decisão e na orientação das atividades do BCD.

Notamos também uma diversidade de representações no Conselho Gestor, o que reflete o compromisso do BCD com a participação democrática e a colaboração entre diferentes setores da comunidade, contribuindo para uma gestão inclusiva e representativa alinhada com os princípios da economia solidária e do desenvolvimento comunitário. Assim como foi apontado por Rigo e Cançado (2015), os conceitos e discussões em torno da gestão social, pelo menos os mais difundidos no Brasil, comumente a relacionam com participação, tomada de decisão coletiva, igualdade e interação social voltadas para o bem comum, ou seja, para objetivos claramente sociais.

Os dados fornecidos revelam uma diversidade de gênero significativa entre os colaboradores dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) demonstrando um compromisso com a inclusão e a igualdade de gênero em seus quadros de funcionários. Contudo, no que diz respeito a gênero, há que se notar uma presença pouco expressiva de pessoas não binárias identificadas nas respostas dadas. Esse aspecto, porém, pode ser resultado de alguns elementos: o pouco conhecimento das pessoas respondentes a respeito desse tipo de classificação; e também da baixa auto identificação das pessoas não-binárias, ambos aspectos que levam a um problema de subavaliação desta pesquisa. Mas, também pode ser consequência do baixo número de pessoas que pertencem de fato a este público, considerando que, com base nos dados apontados no estudo de Areosa et al. (2023), os dados estimados do IBGE apontam para uma população transgênero ou não binária em torno de 1,5% da população brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa ampla, em um levantamento nacional com Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Brasil. Analisando algumas variáveis captadas no estudo, demonstramos como esses bancos estão imbricados com outras organizações e lutas do território; e como contribuem para a ampliação dos espaços de gestão social e democrática. Demonstramos ainda como os BCDS ampliam, em seus territórios de atuação, o acesso aos serviços bancários, inclusive ao crédito. Além disso, promovem também outros serviços, como atividades de formação, que são demandadas pela comunidade. Uma observação importante é que os BCDs poderiam modificar a sua política de remuneração, ampliando a prática de pagamento por meio de moedas sociais, o que pode potencializar os ganhos trazidos por esse instrumento de finanças solidárias.

Novos estudos podem buscar ampliar o alcance a outros bancos que existem, por exemplo, nos estados que não conseguimos contato com os BCDs. Outro tipo de estudo futuro, é avaliar em algumas das experiências locais os impactos que estes bancos têm no

território, com base na percepção das pessoas da comunidade. Tal proposta já inspirou uma das autoras deste trabalho, que contribuiu na construção de outro projeto de iniciação científica neste sentido, sendo esta proposta já aprovada em chamada em sua instituição de origem, para execução entre 2024 e 2025, com BCDs localizados em uma região metropolitana de um estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AREOSA, S. V. C., da CRUZ, L. P., da ROSA, D. L. F., ALVES, V. E. . Política do envelhecimento e direitos humanos LGBTQIAPN+ no Brasil. **Revista Longeviver**, 2023.
- ALMEIDA, R. M. de; VIEIRA, D. M.; LUZ, F. D. Moedas Sociais Digitais, Pressões Institucionais e a Modelagem Social da Tecnologia. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 6, p. e220091, 2023.
- BRITO, E. C.; OLIVEIRA, C. M. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: A experiência pioneira do Banco de Palmas. **Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 23-36, 2019.
- EÇA, T. S. S. Economia Solidária na Bahia: Uma experiência: Banco Solidário Quilombola do Iguape. IN: SILVA, AL. V. (ORG.). **Estudos em Ciências Humanas e Sociais**, p. 48-58, 2021.
- LEAL, M. G. de S. B. JÚNIOR SILVA, J. T.. Improving the Social Utility Evaluation of Brazilian Community Banks: A Study on Banco dos Cocaís. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 1, p. e04381, 2023.
- LUNA, T. A. U.; MONTEIRO, W. M. da S.; SILVA, A. C. S. MOEDA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE SEU IMPACTO NA COMUNIDADE DE SANTIAGO DO IGUAPE–BA. **Revista Formadores**, v. 11, n. 5, p. 26-26, 2018.
- MELO NETO, J. J. de; MAGALHÃES, S. Bancos comunitários. Mercado de trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n. 41, p. 59-64, nov. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4014>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- MELQUIADES, I. et al. A Moeda Social do Tíquete Feira como Política Pública Promotora da Dignidade Humana às Famílias Rurais em Situação de Vulnerabilidade. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 4, n. 1, 2024.
- RESGALA, G. A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 267-287, 2017.
- RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- _____; CANÇADO, A. C. Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 38-44, 2015.
- SILVA, Pedro Paulo Souza; SIMÕES, Janaína Machado. Finanças solidárias no combate aos impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19: A atuação do Banco Comunitário do Preventório. **Otra Economía**, v. 16, n. 30, p. 81-105, 2023.
- SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão social nas finanças solidárias: reflexões sobre a avaliação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. **Revista Nau Social**, v. 6, p. 151-164, 2015.